



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE BATALHA
Praça da Matriz, S/N – Centro – CEP: 64.190-000.
CNPJ: 01.068.707/0001-00 – Batalha – PI

EXTRATO DE CONTRATO**PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Embasamento legal: Art. 24, inciso II, combinando com Art.13, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

PROCESSO Nº 003/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2012

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Batalha, Estado do Piauí

CONTRATADO: Adauto Fortes de Sá Menezes

Objeto: Constitui objeto deste contrato a execução dos Serviços de Elaboração e Confeção de Projeto Básico, composto de Plantas para Ampliação e Reforma do prédio sede da Câmara Municipal de Batalha, constando de construção de um "Arquivo Morto" e Ampliação das áreas da Secretaria e Lanchonete.

Valor: Valor Global do presente contrato é de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais).

FONTE DE RECURSOS: Próprios da Câmara Municipal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 (trina) dias.

DATA DE ASSINATURA: 18/10/2012.

SIGNATÁRIOS: Patrícia Vasconcelos Lima - Presidente da Câmara (Contratante)
Adauto Fortes de Sá Menezes - Técnico Contratado



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE JERUMENHA-PI
CNPJ: 35.155.191/0001-45

DECRETO LEGISLATIVO N.º 08

JERUMENHA(PI), 26 de outubro de 2012

Dispõe sobre o cronograma de ações dos procedimentos contábeis, patrimoniais e específicos visando à implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jerumenha, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e fundamentada nos princípios constitucionais, combinado com o que disciplina a Lei Orgânica e o Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga o seguinte decreto legislativo.

Art. 1º - Em atendimento à Resolução do TCE-PI n.º 18 de 31 de agosto de 2012, que rege sobre a adoção da implantação das NBCASP, a partir dos seguintes prazos anexos.

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS APLICADAS À CONTABILIDADE PÚBLICA EM ATENDIMENTO ÀS PORTARIAS STN 408/2011, 828/2011 e 231/2012.

ITEM	PRODUTO	PRAZO MÁXIMO
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas, com exceção do ISS:		
1.1	Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas, com exceção do ISS.	Julho de 2013
1.2	Adequação/Desenvolvimento de sistema para registro dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas, com exceção do ISS.	Agosto de 2013

1.3	Evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas, com exceção do ISS.	Créditos e dívida ativa com seus ajustes para perdas, devidamente evidenciados na contabilidade, com exceção do ISS.	Agosto de 2013
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários relativos ao ISS, por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas:			31/12/2013
2.1	Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários relativos ao ISS, por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	Metodologia de reconhecimento dos créditos, tributários relativos ao ISS, por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	Agosto de 2013
2.2	Adequação/Desenvolvimento de sistema para registro dos créditos, tributários relativos ao ISS, por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro dos créditos tributários relativos ao ISS, por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	Setembro de 2013
2.3	Evidenciação dos créditos, tributários relativos ao ISS, por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	ISS evidenciados contabilmente, por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	Setembro de 2013
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência:			31/12/2013
3.1	Elaboração de procedimentos para reconhecimento e mensuração das obrigações e provisões por competência.	Metodologia de reconhecimento das obrigações e provisões por competência.	Agosto de 2013
3.2	Adequação/Desenvolvimento de sistema para registro das obrigações e provisões por competência.	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro das obrigações e provisões por competência.	Setembro de 2013
3.3	Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões evidenciadas contabilmente.	Setembro de 2013
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis:			31/12/2013
4.1	Elaboração de procedimentos para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível, além de rotinas para a depreciação, amortização e exaustão sistemáticas dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados e intangíveis e de sistematização da depreciação, amortização e exaustão.	Julho de 2013
4.2	Elaboração de procedimentos para sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos.	Metodologia de reavaliação e impairment periódicos dos ativos.	Julho de 2013
4.3	Levantamento dos bens móveis, imóveis e intangíveis da entidade.	Relatório de Comissão designada para este fim, com o detalhamento do patrimônio com base em perícia ou referência de mercado.	Agosto de 2013
4.4	Adequação/Aquisição/Desenvolvimento de sistema para registro do imobilizado (móveis e imóveis) e intangível.	Sistema informatizado, adequado à metodologia de registro de imobilizado e intangível, bem como à depreciação, amortização e exaustão dos mesmos.	Dezembro de 2013
4.5	Registro em sistema de todos os bens móveis, imóveis e intangíveis.	Bens móveis, imóveis e intangíveis devidamente registrados no sistema.	Dezembro de 2013
4.6	Evidenciação contábil dos bens do imobilizado e intangível.	Bens móveis, imóveis e intangíveis devidamente evidenciados na contabilidade.	Dezembro de 2013
5. Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão:			31/12/2013
5.1	Execução de rotinas de depreciação, amortização e exaustão do imobilizado.	Operacionalização da depreciação, amortização e exaustão.	Julho de 2013
5.2	Execução de rotinas de reavaliação e redução ao valor recuperável para os ativos.	Operacionalização da reavaliação e do "impairment".	Agosto de 2013
5.3	Adequação/Desenvolvimento de sistema informatizado aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	Sistema informatizado adequado à metodologia de depreciação, reavaliação, "impairment", etc. dos elementos patrimoniais.	Dezembro de 2013
6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura:			31/12/2013
6.1	Aquisição/Desenvolvimento de sistema de controle dos ativos de infraestrutura.	Sistema informatizado adequado aos ativos de infraestrutura.	Julho de 2013
6.2	Levantamento em nível local do patrimônio de infraestrutura.	Relatório com detalhamento do patrimônio de infraestrutura do ente, com base em perícia ou "benchmark".	Agosto de 2013
6.3	Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Metodologia de depreciação do patrimônio de infraestrutura à realidade.	Setembro de 2013
6.4	Desenvolvimento de rotinas de reavaliação e redução ao valor recuperável para os ativos de infraestrutura.	Metodologia de reavaliação e "impairment" para os ativos de infraestrutura.	Dezembro de 2013
6.5	Adequação do sistema informatizado aos procedimentos anteriormente definidos para ajustes no patrimônio de infraestrutura.	Sistema informatizado adequado ao controle do patrimônio de infraestrutura.	Dezembro de 2013
7. Implementação do sistema de custos:			31/12/2014

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE JERUMENHA-PI
CNPJ: 35.155.191/0001-45

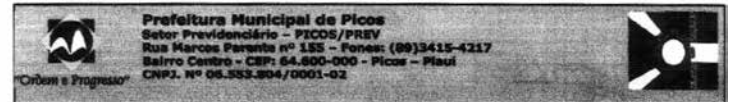
7.1	Registro de fenômenos por competência.	Relatório evidenciando que fenômenos por competência têm sido periodicamente registrados.	Janeiro de 2014
7.2	Registro de fenômenos econômicos, independentemente de questões orçamentárias.	Relatório evidenciando que fenômenos sem relação com orçamento tem sido periodicamente registrados.	Janeiro de 2014
7.3	Identificação de programas, serviços, etc, que terão os custos levantados.	Relatório com objetos de custo.	Janeiro de 2014
7.4	Levantamento de variáveis físicas para estabelecimento de custos.	Relatório com variáveis físicas para levantamento de custos.	Janeiro de 2014
7.5	Levantamento de variáveis financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Relatórios com variáveis financeiras para levantamento de custos.	Janeiro de 2014
7.6	Ajuste/Aquisição de sistema informatizado para levantamento de custos.	Sistema informatizado ajustado/adquirido para levantamento de custos.	Abril de 2014
8. Aplicação do Plano de Contas aplicado ao Setor Público, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais:			31/12/2013
8.1	Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao ente.	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos fenômenos.	A partir de Janeiro de 2013
8.2	Levantamento de todos os fenômenos relacionados à gestão contábil local.	Relatório de fenômenos que devem ser registrados na contabilidade.	A partir de Janeiro de 2013
8.3	Elaboração de eventos para registro contábil dos fenômenos levantados anteriormente.	Relatório com eventos que registram os fenômenos anteriores com base no PCASP estendido.	A partir de Janeiro de 2013
8.4	Aquisição/Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam arregados.	Sistema informatizado adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	A partir de Janeiro de 2013
8.5	Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento de exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	A partir de Janeiro de 2013
8.6	Adequação do sistema informatizado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Sistema informatizado adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	A partir de Janeiro de 2013
9. Novos padrões de Demonstrativos Contábeis Aplicados ao Setor Público:			31/12/2013
9.1	Elaboração de regras/fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	A partir de Janeiro de 2013
9.2	Ajustes das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequada à nova metodologia.	A partir de Janeiro de 2013
9.3	Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	Sistema informatizado adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	A partir de Janeiro de 2013
10. Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público:			31/12/2014
10.1	Registros de participações em outras entidades por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Template de ajustes de participações.	A partir de Janeiro de 2014
10.2	Controle de estoque/almoxarifado independente de execução e com entrada por recebimento e baixa por consumo.	Metodologia de controle de estoques/almoxarifado.	A partir de Janeiro de 2014
10.3	Ajuste do sistema informatizado para as metodologias anteriores.	Sistema informatizado ajustado ao controle de estoques/almoxarifado além de participações em outras entidades.	A partir de Janeiro de 2014
10.4	Outros aspectos patrimoniais previstos no MCASP.		A partir de Janeiro de 2014

Art. 2º - Ficam automaticamente prorrogados os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º - Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas de Estado do Piauí.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GILBERTO COELHO DUARTE
Gilberto Coelho Duarte
Presidente da Câmara



PROJETO DE LEI Nº 009/2012, de 07 de Agosto de 2012
Lei Nº 2462/12, de 16 de Agosto de 2012

Altera a redação do § 1º do art. 70 da Lei Municipal nº. 2.264/2007 que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Picos.

O PREFEITO DE PICOS - PI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O § 1º do art. 70 da Lei Municipal nº. 2.264/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 70.
(...)

"§ 1º Os cargos de que trata o caput deste artigo serão ocupados preferencialmente por servidores efetivos do Município, ambos para o exercício da gestão do Regime Próprio de Previdência Social, nomeados pelo Prefeito Municipal, preferencialmente, que tenham nível superior."

(...)

Art. 2. Esta Lei e suas disposições gerais entrarão em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Picos, Estado do Piauí, em 07 de Agosto de 2012.

GIL MARQUES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal de Picos/PI

Partidos em favor dos municípios

Prefeitura Municipal de Picos
Confirmação Original
Em
João Barbosa Leal
Téc. Contabilidade
CRC 1792-PI

Recebemos 14.08.12
ASSINATURA

Aprovado em Primeira
votado por unanimidade
20.09.12
Munio
Secretaria

Aprovado em Segunda
votado por unanimidade
20.09.12
Munio
Secretaria

A SANÇÃO
20.09.12
Gilberto
Presidente

LEI Nº 2462/12
16/10/12
Gilberto
Presidente da Câmara

SANÇIONADA
Nesta data 16.10.2012
Gilberto
Presidente

Sancionada e Registrada Nesta Data
Sobre Nº 2462, de 16.08.12, de
Revisão no Livro de Registro Municipal
de 16.08.12, a publicação me-
diante da qual se dá ciência no quadro de
Picos (PI) de 16.08.2012
Gilberto
Chefe do D.A

Prefeitura Municipal de Picos
Confirmação Original
Em
João Barbosa Leal
Téc. Contabilidade
CRC 1792-PI